

Sociologia Geral

Alexandra Lourenço



Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Bem vindos/as a disciplina Sociologia Geral. Sou a professora Alexandra Lourenço e nosso objetivo será contribuir com a vossa formação de educadores e educadoras na medida em que, buscaremos desenvolver um olhar sociológico sobre os processos de organização econômica, cultural e social.

A partir do estudo do pensamento de autores clássicos como Durkheim, Marx e Weber iremos abordar as relações sociais sob diferentes perspectivas teóricas. Discutiremos as relações existente entre indivíduo e sociedade e destes, com o mundo do trabalho, do Estado, dos movimentos sociais e da cultura.

Este e-book foi elaborado para subsidiar as discussões que serão realizadas nas obras clássicas trabalhadas na disciplina: A ideologia Alemã, O Capital parte 1 – A Mercadoria e outras obras contemporâneas. Para atingir essa finalidade nosso e-book foi organizado em quatro unidades.

A unidade 1 apresentará a teoria durkheimiana e seus principais conceitos como “fato social” e “consciência coletiva”. As unidades 2 e 3 foram planejadas para subsidiar as discussões trazidas pelas obras clássicas, disponibilizadas nas unidades de auto estudo do curso de Sociologia Geral, com material áudio visual. A unidade 2 abordará, com o apoio de alguns vídeos, a discussão sobre a relação entre organização social e o mundo do trabalho resgatando os conflitos inerentes a este processo. Na unidade 3 iremos refletir sobre a organização capitalista e as relações de dominação políticas. Em nossa quarta e última unidade abordaremos as discussões que problematizam as relações de poder e dominação que envolvem as relações de gênero. Discutir o que é dominação e posteriormente qual é a base das relações de dominação pode ser fundamental para criar uma sociedade mais tolerante.

Esperamos que esse material possa lhes apoiar no estudo da sociologia e sua aplicação nos dias atuais. Desejamos a todos e a todas um agradável estudo.

1. TEORIA SOCIOLÓGICA DE ÉMILE DURKHEIM

O francês Émile Durkheim (1858-1917) é considerado um dos fundadores da Sociologia. O autor contribuiu ao definir o objeto desta nova ciência e um método que possibilitasse seu estudo de forma criteriosa. Foi por ele que a sociologia penetrou na universidade, conferindo a esta disciplina o reconhecimento acadêmico. Na obra *Da divisão do trabalho social*, publicada em 1893, a principal questão é a relação entre os indivíduos e a coletividade.

O autor pergunta sobre como e em que condições uma coleção de indivíduos constitui uma sociedade. A resposta vem com o conceito de solidariedade. Segundo ele, a solidariedade é um conjunto de regras e valores partilhados pelos indivíduos de um grupo. Eles necessitam estabelecer elos entre si de forma a não se disgregarem. Criam uma identidade junto com a coletividade, partilham do sentimento de pertença ao grupo.

As pessoas nascem e começam a aprender a cultura, os valores, as regras e as práticas com o grupo social por meio das instituições socializadoras. Assim, cada indivíduo tem duas consciências: uma individual e outra coletiva. Em *Da divisão do trabalho social*, a consciência coletiva é definida como: “[...] o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros da sociedade.” (ARON, 1997, p. 300).

Durkheim defendia a tese de que o indivíduo nasce da sociedade, pois é formado por ela e não seu oposto, onde as sociedades nasceriam dos indivíduos. Ainda que seja necessário um conjunto de pessoas para formar uma sociedade, um punhado de gente que não partilha das mesmas regras e valores não forma uma sociedade. Percebe-se que a sociedade depende da ligação estabelecida entre o grupo.

Desta forma, os fenômenos sociais são exteriores aos indivíduos: a sociedade não é, simplesmente, a realização da natureza humana, mas, ao contrário, aquilo que é considerado natureza humana é, na verdade, produto da própria sociedade. Nesta linha de pensamento, o autor conclui que o verdadeiro objeto da sociologia não são os indivíduos, mas o que os torna parte da sociedade, o fato social.

[...] há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos daqueles que as outras ciências da natureza estudam. Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Aliás, quantas vezes não nos ocorre ignorarmos o detalhe das obrigações que nos incumbem e precisarmos, para conhecê-las, consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. (DURKHEIM, 2007, p.1-2)

Ao partilharem dos mesmos fatos sociais os indivíduos devem gerar um modelo de identidade que compartilham uns com os outros e que os mantém ligados a coletividade. A discussão sobre a formação e a importância da identidade tem sido um tema valioso para a antropologia e a sociologia, ela coloca em destaque uma antiga preocupação sobre as possibilidades do indivíduo desenvolver o sentido de pertencimento a um determinado grupo social ou de uma nação.

Quando Hegel voltou sua atenção para a nascente nação alemã dentro da proposta de construção do Estado moderno se deparou com uma questão fundamental. Como promover esta identidade? Sua obra demonstrou que a identidade é o que permite ao indivíduo situar-se no mundo e se reconhecer enquanto integrante de uma dada cultura que identifica seu grupo. Segundo ele é uma espécie de redutível que reside em nosso íntimo e que nos permite comprovar por um processo quase psíquico que nós não somos os outros, ou que ainda que possa ter muitas coisas em comuns com indivíduos de outras culturas, sociedades ou nações deve existir sempre algo que me diferencia e que permite que eu saiba quem sou no espelho do outrem. Eu não sou você, logo sou eu.

Mas qual seria esse redutível na sociedade alemã de Hegel? Segundo ele na ausência de uma identidade social partilhada e de um sentido de nação desenvolvido, cabe ao Estado encontrar os mecanismos para desenvolver esse sentimento. Ou como afirma Bourdieu, as crenças, os sentimentos, ou a moral devem ser criados artificialmente, exige um trabalho de fomentação no âmbito das produções simbólicas, do discurso e das instituições, não são produtos da natureza humana.

No Brasil durante o governo de Getúlio Vargas iniciado década de 30 ocorreu um processo articulado de desenvolvimento da nação brasileira. A nação deveria partilhar da mesma língua, e se reconhecer mutuamente como integrantes deste grupo. A identidade nacional foi promovida pelo Estado através de um forte apelo ao “brasileiro”. Esse apelo não ficou apenas no âmbito do discurso ou da propaganda, mas incluiu um novo ordenamento jurídico: o controle sobre o ensino de língua estrangeira nos estabelecimentos escolares.

O sociólogo Émile Durkheim é uma importante referência sobre o tema pois além de haver desenvolvido alguns conceitos sociológicos fundamentais para sociologia (fato social e consciência coletiva entre outros) também nos ajuda a compreender como a identidade é um fenômeno social. Naturalmente é importante localizar a obra deste autor no âmbito da ciência positivista. Durkheim estava preocupado com as possibilidades de integração do indivíduo a coletividade de forma a construir uma sociedade relativamente harmônica. Outra característica fundamental de sua sociologia era o distanciamento em relação aos fatos sociais que deveriam ser tratados como coisas.

Os fatos sociais foram definidos toda forma de ser e agir, fixa ou não, que é exterior ao indivíduo, é geral no grupo e exerce coerção sobre ele. Estes fatos sociais seriam ditados pela consciência coletiva do grupo composta por um conjunto de crenças valores e normas compartilhados pela maioria. O autor acreditou ser possível ao cientista social observar os fatos sociais de forma neutra e entre outros aspectos, este, foi uma das grandes limitações de sua obra.

Segundo ele, cada indivíduo mantém consigo duas consciências, uma que é individual e outra que é coletiva. A consciência coletiva é aquela que o indivíduo deve partilhar com o

grupo a que pertence, de fato é esse compartilhar que lhe for nesse o sentido de pertença. Esta consciência seria uma abstração da soma das individuais e nela reside o conjunto de crenças, valores e normas comuns a maioria do grupo.

As responsáveis por promover esta consciência coletiva são as instituições que atuam no processo de socialização dos indivíduos. Quanto menos os indivíduos se identificarem com ela menor será o grau de integração social, mais frágil serão os laços de solidariedade entre os indivíduos e menor será a possibilidade do indivíduo desenvolver sua identidade social. A identidade necessita que o indivíduo se sinta integrado ao grupo, se reconheça nele.

O homem (no sentido homo sapiens) é um ser natural, social, cultural e histórico. Entretanto, em um primeiro momento a natureza é predominante. Um bebê ao nascer ainda não possui, uma língua, uma religião, uma noção econômica, uma ideologia política, um código de normas, um modelo de casamento, uma noção de moda etc. O que ele possui são as “possibilidades” de vir a aprender com seu grupo social estas formas de ser e fazer. Toda sociedade desenvolve, portanto, alguma forma transição da cultura. Procura estabelecer modelos comuns de comportamentos aos seus integrantes segundo suas tradições, hábitos, regras formais e informais e através de instituições e métodos que lhes são próprios.

Produzimos então aquilo que necessitamos a partir do que já encontramos estruturado na natureza e na cultura, e nesse sentido, toda a inovação na produção será delimitada por um conjunto de opções presentes no campo social em que atuamos. Toda sociedade, em cada época, constrói para si um modelo adequado (papel social) de homem, de mulher, de criança, de trabalhador, etc. A socialização é o meio pelo qual se busca realizar esse modelo ideal e construir a identidade.

Na perspectiva durkheimiana a educação é o processo de socialização da criança, tanto a educação formal quanto a informal. Afinal a própria separação que presenciamos atualmente ocorreu com o desenvolvimento das instituições formais que conhecemos, e que, por sua vez, resultaram do aprofundamento da separação entre a estrutura pública e privada da vida que

acompanharam a consolidação do modelo racional burocrático jurídico de gestão (em sua plenitude implantado pela consolidação do Estado moderno e pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção).

Nesse sentido a educação tem como propósito (função ou papel), a construção do homem ideal no sentido social (identidade social) e não individual como propagavam alguns filósofos que, como Kant , acreditavam que o verdadeiro papel da educação era a formação das potencialidades humanas individuais. O indivíduo socializado deve atender aos anseios da sua sociedade, e os seus próprios, como integrante desta sociedade, a educação deve ser o caminho para este fim, ela deve encontrar as ferramentas e o modelo adequado para transformar em cada realidade precisa “o homem singular e individual” em “homem social” apto a realizar as funções e a suprir as expectativas do seu grupo social. Mas ainda deve preencher o vazio na existência individual preenchendo o espaço com o sentimento de fazer parte de algo maior, de um grupo social com o qual ele se identifique.

Concluindo, analisada por este ângulo a identidade sofre os determinantes da sua sociedade, transformando-se em produto da sua história. Não é dada pela biologia, mas assume uma característica de natureza, na medida em que, é um fenômeno comum a toda a sociedade humana. Sem a identidade social o indivíduo, segundo Durkheim, tende a se distanciar do grupo social e posteriormente perde seus elos sociais e pontos referenciais.

Então, para compreendermos o processo de socialização que transforma indivíduos em seres sociais, discutido no pensamento do autor, convido para assistirem um vídeo elaborado pelo canal paralelo metafórico que analisa fragmentos do filme *O enigma de Kaspar Hauser* que enfatiza a comunicação e a experiência no processo de reconhecimento do mundo à volta, a partir das interações sociais.

O Enigma de Kaspar Hauser

2. RELAÇÕES SOCIAIS E O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo servir de suporte para a Unidade 2 de auto estudo que irá trabalhar o capítulo 3 do livro “Sociologia da Educação” no qual apresenta de forma resumida o pensamento de vários autores marxistas sobre a problemática do trabalho na sociologia. O capítulo 4 da mesma obra que discute que os conflitos inerentes as relações entre capital e trabalho conduz a discussão sobre os movimentos sociais e a cidadania. A obra O Capital de Karl Marx na qual o autor apresenta uma brilhante explanação do funcionamento da sociedade capitalista. No capítulo sobre “A Mercadoria” ele explica como o processo de fetichismo que vivenciamos na economia capitalista nos impede de visualizar com clareza as relações de exploração que ocorrem no mundo do trabalho assalariado.

O homem é um ser natural, social, cultural e histórico. Entretanto, em um primeiro momento, a natureza é predominante. Um bebê ao nascer ainda não possui, uma língua, uma religião, uma noção econômica, uma ideologia política, um código de normas, um modelo de casamento, uma noção de moda etc. O que ele tem são as possibilidades de aprender, com o grupo social, as formas de ser e fazer.

Toda sociedade desenvolve, portanto, alguma forma de educação (fenômeno social) segundo suas tradições, hábitos, regras formais e informais e pelas instituições e métodos que lhes são próprios. Como um fenômeno social reproduz, em cada momento histórico, a estrutura da sociedade da qual nasce. Mas sob esse ângulo aparentemente fatalista toda a possibilidade de transformação é, praticamente, anulada.

De fato, o homem (humano) se diferencia dos outros animais precisamente pelas capacidades, e mesmo necessidade, de produzir conhecimentos dos mais variados tipos e transmiti-los às próximas gerações. Em sentido antropológico, essa capacidade de produzir cultura é uma diferença fundamental. Produz-se, então, aquilo que se necessita a partir do que já se encontra estruturado na natureza e na cultura, e nesse sentido, toda a inovação na produção será delimitada por um conjunto de opções presentes no campo social em que se atua.

Portanto, para Durkheim a educação deve atender as necessidades atuais do grupo social. Pensada por este ângulo, a educação sofre os determinantes da sociedade, transformando-se em produto da história, exterior às instituições responsáveis pela transmissão da cultura (instituições educacionais). Esse pensamento nos conduz a uma perspectiva na qual chegamos a conclusão de que a educação não tem caráter de transformação da sociedade. Bourdieu (1992) contribui, imensamente, com essa discussão ao apontar o caráter simplificado das teorias que analisam as instituições, e mesmo, os campos de poder constituídos (político, econômico, simbólico, intelectual), como resultados diretos da história da sociedade de forma externa ao funcionamento singular existente em cada um destes campos.

Dentro das estruturas construídas nos diversos campos (simbólico, político, econômico, intelectual) ocorre uma disputa entre as antigas e as novas visões do mundo que atuam em, e constroem um universo limitado de opções e possibilidades, na medida em que essas possibilidades estão inscritas e circunscritas a estrutura de cada um destes campos de ação.

O homem ou agente escolhe entre as opções que vigoram na época no espaço social. Neste sentido qualquer mudança concebida provém desta possibilidade. Considerada por este ângulo a discussão sobre o papel da educação, compreende-se que é inadequado falar em transformação, pois são, apenas, mudanças internas às estruturas construídas

Mas, devemos então perguntar: quais são as necessidades da nossa sociedade? Para refletir sobre essa questão convida-se a assistir o vídeo documentário produzido pela *Sempreviva Organização Feminista (SOF)*, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) abordando o tema das mulheres e o mercado de trabalho.

Acorda, Raimundo... Acorda! (1990)

A criança é educada em uma sociedade precisa, nesse sentido, significa então, que a sociedade comanda o modelo, a essência e a forma aplicada no processo, a forma de educar. Por este prisma Durkheim (2011) tinha clareza sobre o papel da educação. Ele a defende como ferramenta para realizar a função fundamental em qualquer sociedade e, principalmente, na europeia industrializada do final do XIX, a de realizar, pela transmissão da cultura, um corpo social relativamente coeso (não igualitário) que partilha de uma consciência coletiva comum em níveis que permitam promover uma certa estabilidade.

Eles partilham das mesmas normas, crenças e valores da época. Sem isso, os indivíduos não se sentem parte da sociedade e portadores de uma identidade social, levando-os, por consequência, ao isolamento, prejudicial e arriscado para a continuidade do corpo coletivo. Concluindo, para Durkheim o papel da educação é de reprodução. Em que pese as críticas sobre sua visão positivista, neste aspecto da reprodução por meio das instituições responsáveis pela transmissão do conhecimento, muitos autores compartilham de sua visão.

Karl Marx (1977) alerta para a função reprodutora que as instituições sociais realizam. Enquanto produtos do sistema de produção, as instituições não deixam de reproduzir o sistema que as cria, em cada época histórica, sob o risco de colocar-se em bancarrota.

Para compreender melhor a vida e obra de Karl Marx propomos a leitura do texto:

Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposição do Marxismo.

Bourdieu (1992), ao retomar essa discussão, considerando também a contribuição weberiana sobre o sentido da ação social, oferece uma leitura contemporânea de um tema muito importante nos clássicos da sociologia. Nesta proposta as instituições são pensadas dentro do campo social em que atuam e compreendidas tanto de forma externa (construto da história) como

internamente (luta entre grupos e visões de mundo). Neste sentido, não se fala em transformação a partir da educação e das instituições responsáveis por ela, mas apenas em mudanças possíveis.

Afinal, existe uma íntima relação entre o fenômeno do poder e a produção da cultura.

Segundo Foucault,

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p.8)

Para compreender a exploração sobre o trabalho no sistema capitalista iremos realizar a leitura do texto:

O Capital - Parte III - A Produção de Mais Valia Absoluta.

A seguir iremos partir da leitura e reflexão sobre o poema de Bertolt Brecht para analisar criticamente as relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho. Neste poema, o autor transmite uma definição de história. Para descrever este poema, Brecht (1986) imagina um trabalhador lendo um livro de história, daqueles que só trazem nomes de reis e presidentes e os seus feitos. Após a leitura de algumas passagens, o trabalhador faz perguntas que o autor do livro não consegue responder. As respostas não são fatos cruciais que merecem registro.

Perguntas de um trabalhador que lê, de Bertold Brecht

Outra questão importante, discutida na sociologia, diz respeito às condições do trabalho. A seguir assistiremos a um trecho do filme *Germinal* de 1993. O filme retrata o processo de gestação e maturação de movimentos grevistas e de uma atitude mais ofensiva por parte dos trabalhadores das minas de carvão do século 19, na França, em relação à exploração de seus patrões. Este trecho faz parte da Coleção Trabalho e Cinema I, organizado pelo professor Arnaldo Lemos Filho (PUC-Campinas).

Trecho do filme *Germinal* (1993)

O tema das condições de trabalho no capitalismo industrial causa impacto até mesmo na produção cinematográfica. Além da exploração da força de trabalho, da divisão estratificada, discute-se o excessivo controle do tempo e o automatismo. Em *Tempos modernos*, filme de Charles Chaplin, de 1936, o diretor mostra com maestria os efeitos que o desenvolvimento capitalista e o processo de industrialização trouxeram à classe trabalhadora.

Tempos Modernos (1936)

3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MUNDO DO TRABALHO

Nesta unidade iremos refletir sobre a organização capitalista e as relações de dominação políticas. A partir do estudo da relação entre o Estado e a sociedade será possível compreender o conjunto de relações políticas que envolvem a organização do modo de produção capitalista. Portanto, nosso objetivo principal nesta unidade será perceber as relações existentes entre a sociedade, o Estado e a organização do modo de produção.

Ao analisar o mundo do Trabalho Ricardo Antunes nos alerta para a importância das decisões políticas na organização da sociedade capitalista. Para acompanharmos a discussão proposta por ele

A década de 1980 presencia, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século . (ANTUNES, 1999, p. 33)

Para nos aprofundarmos nesta discussão iremos realizar a leitura da obra do sociólogo Ricardo Antunes e assistir o bate papo com ele no programa *Conversações*

Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho - Parte I.

Programa *Conversações* (2015).

Ricardo Antunes defende a centralidade da categoria “trabalho” para compreensão das relações sociais, para este autor o marxismo é uma teoria atual que nos possibilita a compreensão das relações de contradição em nosso cotidiano.

Sobre a atualidade da teoria marxista podemos consultar o texto de Michel Löwy publicado na Revista eletrônica Lutas Sociais.

Por um marxismo crítico.

Sobre a relação entre trabalho e tecnologia Antunes (1999) alerta que o trabalho humano não perde a centralidade e que a tecnologia é fruto desse mesmo trabalho. Para compreender melhor essa relação histórica e contraditória entre trabalho e tecnologia convida-se para assistir o vídeo seguinte.

Programa *Conversações* (2015).

Os trabalhadores se uniram no século XIX para conquistar direitos trabalhistas e na atualidade, em tempos de terceirização, unem-se para mantê-los. Sobre a terceirização do trabalho e seus efeitos convida-se para assistir o vídeo a seguir:

Programa *Conversações* (2015).

Trabalho, exclusão e violência possuem uma antiga relação que é retratada na obra do escritor Victor Hugo. *Os Miseráveis* é uma das principais obras do escritor francês, publicada em 3 de abril de 1862. A história se passa na França do século XIX entre duas grandes batalhas: a Batalha de Waterloo (1815) e os motins de junho de 1832.

Vídeo sobre a obra:

Para compreender melhor essa antiga e conflituosa relação entre capital e trabalho propõe-se o pequeno vídeo abaixo que retrata uma tentativa de negociação.

Trecho do filme *Germinal* (1993).

4. PODER E SUBJETIVIDADE NA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Na Unidade de auto estudo 3 do nosso curso de Sociologia Geral planejamos abordar alguns temas contemporâneos que ganharam visibilidade no Brasil principalmente após a constituição de 1988. Ou seja, na atualidade ganhou espaço na reflexão acadêmica e no ensino escolar as relações de gênero, as relações étnico-raciais e principalmente a diversidade cultural, todavia, com o espaço e visibilidade conquistada surgiu também a resistência.

Nosso objetivo nesta unidade do e-book será aprofundar as discussões sobre um destes temas. Iremos problematizar as relações de poder e dominação que envolvem as relações de gênero. Discutir o que é dominação e posteriormente qual é a base das relações de dominação pode ser fundamental para criar uma sociedade mais tolerante. Pensar o ensino sob a perspectiva das relações de gênero, classe e raça nos leva a considerar a relação entre processos de dominação, homogeneização e discriminação.

Lembramos que na primeira unidade deste e-book apresentou-se o significado do conceito de fato social, de Durkheim. Segundo ele, são formas de fazer fixas ou não, que são gerais no grupo, exteriores aos indivíduos e exercem coerção sobre eles. Agora, iremos refletir sobre o fenômeno da violência como fato social. Significa pensar quais são as crenças e valores que sustentam as práticas consideradas violentas. Lembrem-se que a violência pode ser moral, psicológica, sexual e física.

Para refletir sobre essa questão propõe-se assistir ao vídeo a seguir

Discriminação de Gênero e a Violência

A construção da masculinidade e da feminilidade na contemporaneidade vivencia um processo constante de disputa por igualdade de direitos em várias esferas institucionais. A conquista de direitos iguais, no âmbito formal, foi garantida, na sociedade brasileira, pela Constituição Federal de 1988. Todavia, isso não significou a eliminação dos processos de dominação que permeiam as relações sociais de gênero.

Os papéis de gênero são construções históricas que se moldam em uma dada estrutura institucional responsável pelo processo de socialização e regulamentação da vida. Nesse sentido, Bourdieu (1998) contribuiu imensamente com essa discussão ao apontar que dentro das estruturas construídas nos diversos campos (simbólico, político, econômico, intelectual) ocorre uma disputa entre as antigas e as novas visões do mundo que atuam em, e constroem um universo limitado de opções e possibilidades, na medida em que essas possibilidades estão inscritas e circunscritas à estrutura de cada um desses campos de ação. Assim, insistir no caráter fundamentalmente social das distinções fundadas a respeito do sexo enfatizando o caráter relacional do conceito é uma forma de buscar problematizar as relações de dominação e discriminação que têm se reproduzido na sociedade brasileira e incentivado a violência de gênero.

O aumento da violência contra a mulher pode ser considerado um exemplo desse processo. Esse cenário acompanha uma tendência, que contrária ao desenvolvimento de uma democracia de gênero, aponta de forma em direção oposta. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 2010, no Brasil “foram 4.297 casos, o que representa uma média de 4,4 assassinatos por 100 mil mulheres” (INSTITUTO SANGARI, 2012). No contexto internacional, ocupamos a sétima posição em uma lista com oitenta e quatro países. De acordo com o levantamento do Instituto Sangari,

[...] o estado que puxa o Brasil para a 7ª posição é, em primeiro lugar, o Espírito Santo, já que apresenta mais que o dobro da média brasileira com taxa de 9,4 homicídios em cada 100 mil mulheres. A região é seguida por Alagoas (taxa de 8,3 em cada 100 mil mulheres), Paraná (6,3), Paraíba e Mato Grosso do Sul (ambos com taxa de 6,0). (INSTITUTO SANGARI, 2012, p. 7)

Destaca-se ainda que

[...] 40% dos crimes contra as mulheres são cometidos em sua própria residência ou habitação, nos quais até os 14 anos de idade das vítimas, os pais são os principais responsáveis pelos incidentes violentos. Até os quatro anos, são as mães. A partir dos dez anos predomina a figura paterna. Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher até os 59 anos. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar preponderante nessa violência contra a mulher. (INSTITUTO SANGARI, 2012, p. 7)

A preocupação com esse tema é de grande relevância, e sua compreensão passa, necessariamente, pelo estudo empírico. Por acreditarmos na relevância deste tema, no ano de 1998, realizamos o levantamento dos casos registrados na Delegacia da Mulher na cidade de Cuiabá, como colaboradores de uma pesquisa dirigida pela professora Heleieth Saffioti em várias capitais brasileiras (LOURENÇO, 2017). Um dos pontos fundamentais da pesquisa foi observar se essas denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência (B.O.) resultavam em processos. Havia, na época, uma grande parcela da literatura que se debruçava sobre a questão da violência contra a mulher, que afirmava ser a dependência econômica destas o motivo das queixas contra seus agressores serem retiradas, gerando a aceitação da volta dos agressores à casa.

De fato, essa tese da “dependência econômica” não se sustentou quando comparada às informações apresentadas nos Boletins de Ocorrência. Em sua maioria, as mulheres agredidas possuíam emprego fixo e seus agressores, sazonais. A base de sustento das famílias estava concentrada principalmente na renda das mulheres agredidas e não na de seus parceiros.

Portanto, quando estas aceitavam os agressores de volta ao lar, provavelmente, havia um conjunto de fatores atuando em suas decisões (talvez a necessidade de aceitação social, na medida em que permanecia uma mulher casada, ou a necessidade psicológica de cumprir seu papel segundo as representações que moldaram seu gênero como cuidadora da família). Na busca de compreender os fatores que impulsionam a violência doméstica e a violência de gênero, muitos trabalhos têm sido desenvolvidos no Brasil. Mas antes de prosseguir, faz-se necessário

definir o que entendemos por esse conceito, ou seja, o que exatamente compreendemos por gênero? Segundo Joan Scott,

[...] o conceito de gênero surge com a necessidade de desconstrução da oposição binária entre os sexos, numa tentativa de abrir a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e “feminilidades” presentes na humanidade, e comumente apontados/as como um “desvio” do padrão pré-estabelecido como “normal”. Masculinidade e feminilidade passariam a ser encaradas como posições de sujeitos, não necessariamente restritas a machos e fêmeas biológicos. (SCOTT, 1995, p. 89)

Muitos estudos feministas adotando ou não o conceito de gênero tem produzido estudos empíricos e teóricos preocupados em compreender a atual situação da violência doméstica. Ao revisar esses estudos, Saffioti esclarece que

[...] na década de 1970, produziram-se obras ancoradas num espírito separatista, ressentido, que ficou conhecido como feminismo radical. Lamentavelmente, não se tratava de movimento radical no sentido político, mas no sentido sexista. Embora esta corrente do feminismo nunca tenha sido expressiva, fez ruído. Afora as feministas que pensavam desta forma – há muito tempo esta vertente não se expressa – não se encontra na literatura especializada um sexismo com sinal trocado. (SAFFIOTI, 2001, p. 135)

Todavia, polemiza a autora com a seguinte indagação: Por que é importante insistir nas distinções entre violência de gênero, violência contra mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar? Segundo ela,

[...] ainda que, de certo modo, as três últimas caibam na primeira rubrica, há argumentos para justificar sua permanência em separado, já que ela não envolve apenas relações violentas entre homens e mulheres – nas quais, via de regra, os homens figuram como agressores – mas de adultos contra crianças e adolescentes. As relações de gênero, sendo o pano de fundo deste tipo de violência, permitem antecipar quais são os agentes da agressão e quais são as personagens vítimas. [...] A violência contra mulheres, não obstante incluir mulheres em todas as idades, exclui homens em qualquer etapa da vida. Admite-se esta afirmação como justificativa da opção pela nomenclatura violência doméstica. Entretanto, há agressões

codificadas como crimes, que só podem ser perpetradas por homens, como é o caso do estupro. Embora os crimes de natureza sexual não sejam monopólio de homens, estes constituem entre 97% e 99% dos agressores. [...]. Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais as mulheres se tenham mostrado independentes, bem-sucedidas financeiramente e, sobretudo, hajam tomado a iniciativa da ruptura da relação. Finalmente, a violência intrafamiliar, que apresenta grande sobreposição com a doméstica, restringe-se a pessoas ligadas por parentesco consanguíneo ou por afinidade. (SAFFIOTI, 2001, p. 135-136)

Conhecer as representações presentes na linguagem de cada local, segundo sua história, nos ajuda a compreender os modelos de gênero que a cultura tem delineado e compreender melhor, não apenas o fenômeno da violência contra a mulher, violência de gênero, como também a “aceitação” dessa violência e do agressor por parte da vítima. Para Saffioti,

[...] violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. (SAFIOTTI, 2001, p.115)

Tal como acontece nos sistemas de significações que permitem uma leitura classificatória do mundo a nossa volta, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos, a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto.

Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar, e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em

mente. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram. (ROSALDO, 1979, p.57)

Segundo a formulação de Michelle Rosaldo (1979), temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa. Nesta perspectiva, o conceito desenvolvido por Bourdieu (1998) a respeito da dominação simbólica é fundamental para compreender a violência de gênero como processo de dominação. Para o autor, a força da ordem masculina pode ser conferida pelo fato de que ela não precisa de justificação, na medida em que a visão androcêntrica se impõe como neutra. Portanto, a ordem social, composta por papéis e espaços divididos, funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a legitimar a dominação masculina na qual encontra seu fundamento. “Neste sentido, a própria dominação constitui, por si só, uma violência”. (BOURDIEU, 1998, p. 15)

A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

A respeito desse mesmo debate, Saffioti afirma que é

[...] exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (SAFFIOTI, 2001, 120)

Feitas essas considerações nos interessamos em pesquisar a violência doméstica no Paraná. O comportamento violento na esfera doméstica pode não possuir uma explicação única, contudo, a história da família patriarcal no Brasil e seus resquícios na atualidade têm sido observados nos diversos setores, no âmbito dos discursos políticos e ideologias partidárias, no discurso religioso, nas imagens veiculadas pelos meios de comunicação e por um conjunto de símbolos que definem os papéis de gênero em nossa sociedade. Ao analisar a construção da masculinidade nos discursos jurídicos de processos criminais de violência doméstica no Paraná, March (2015) observou que

O corpo feminino era constantemente controlado pelos parceiros. Assim como os que consideravam o comportamento das esposas como inadequados e, dessa forma, legitimaram ações violentas, também homens separados das companheiras poderiam considerar possuir poder sobre o corpo destas, punindo-as pelo comportamento que supostamente teriam passado a apresentar após a separação. Esse comportamento reprovável estaria relacionado à frequência a boates e bailes públicos, não ter os devidos cuidados na criação dos filhos do casal, além da “contaminação carnal” ao ter contato com outros homens, portanto, esse corpo “contaminado” não era mais unicamente posse do amásio, companheiro ou ex companheiro, o que denotaria a legitimidade do crime cometido. Mas, como vimos, os parceiros ao assumirem a posição de controle e regramento do corpo feminino estavam dando continuidade a um processo iniciado pelo pai. O pai, para ter sua masculinidade preservada, precisava atuar de maneira “educativa” para com o corpo das filhas mulheres. O corpo delas precisava ser disciplinado para aceitar as decisões masculinas. Para elas não era permitida a livre determinação e, quando decidiam afrontar as decisões paternas, seus corpos eram pedagogicamente educados e, posteriormente, poderiam ser paulatinamente corrigidos pelos homens que exercessem poder sobre elas. (MARCH, 2015, p.414-415)

Portanto, a autora concluiu que “a violência funcionava como ação para readequação social de mulheres que, para eles, estavam fora da norma ao não aceitarem a posição de sujeição a maridos violentos e desejarem se libertar dessa relação”. (MARCH, 2015, p.415). Corroborando essa análise, Borelli afirma que “o exercício da violência masculina visava colocar a mulher dentro dos limites da feminilidade adequada e reforçava para o homem seu espaço de ação e também o enquadrava no perfil de masculinidade ideal”. (BORELLI, 1999, p. 68)

Uma parcela da literatura acerca do tema tem defendido a concepção de que existem outras variáveis além do gênero para se analisar a violência doméstica, a exemplo do estresse, o uso do álcool e de drogas. Não corroboramos com essas perspectivas e ainda as consideramos perigosas. Acreditamos que, nas situações de violência, o estresse ou o álcool podem funcionar como desencadeadores do fenômeno, mas não como causa. Ao deslocar o olhar para causas específicas de vício e estresse, cegamo-nos para o verdadeiro problema, ou seja, a construção do masculino e do feminino na cultura brasileira. As relações de dominação e posse que se estabelecem dentro desta construção conflituosa de disputa por direitos sobre si mesma, no caso das mulheres e do direito sobre o outro (a parceira), no caso dos homens. Os símbolos que povoam o imaginário e que permitem construir a “falsa” ideia de que um ser humano tem o “direito” de agredir outro quando o sentido de posse ou domínio se apresenta na relação. A associação da violência com a virilidade e por consequência com a masculinidade disfarçada pela ótica da naturalidade, ou seja, da biologia.

Outro importante fator que fica obscurecido nesta visão é a realidade da reincidência da violência doméstica. De fato, “a aceitação da violência é uma expressão muito forte, cabendo dúvidas a respeito de sua existência. Parece que a questão é de falta de alternativa numa sociedade machista”. (SAFFIOTI, 2001, p. 133). Ou seja, pode-se trabalhar com a hipótese da “aceitação da violência” como resultado da dependência econômica, todavia, não se pode desconsiderar que essa configuração da finança familiar é uma derivação justamente da ordem patriarcal de gênero, da primazia masculina. Afinal, se de fato a ordem patriarcal não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero.

Com base nesses apontamentos podemos inferir que os sistemas simbólicos são importantes no desenvolvimento dessas relações e a educação é fundamental no processo de construção desses símbolos e representações. Bourdieu,

[...] a instância das representações é, em si, um campo de manifestação de lutas sociais e de um jogo de poder. [...] A autoridade de um discurso e a sua eficácia em termos de dominação simbólica vêm de fora: a palavra concentra o capital simbólico

acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real, agindo sobre a representação deste real. (BOURDIEU, 1992, p. 27)

Outro importante aspecto para se discutir é a relação existente entre direitos humanos e os papéis de gênero. Contrariamente ao que afirmava Hobbes, Carlos Nelson Coutinho em seu trabalho *Notas sobre cidadania e modernidade* afirma que os indivíduos não nascem com direitos naturais, mas são fenômenos sociais, resultado da história.

Ao pensar na história da formação da sociedade brasileira compreende-se a fragilidade dos direitos, que tendem a ficar no papel. Considerados conquistas recentes, direitos ainda não tiveram tempo e para florir. Partindo do pressuposto que a democracia não é um estado, mas um movimento, no qual conteúdo é mutável, deve-se pensá-la a partir dos propósitos que a animam. Em uma democracia de homens e mulheres situados, e não abstratos, muitos empecilhos se colocam para impedir que a cidadania se realize.

Para saber mais sobre o tema acesse Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual

Para saber mais sobre a discussão “Gênero na Escola”, assista ao programa Dia-a-Dia Educação - Relações de Gênero na Escola. O programa se propõe debater as relações de gênero na comunidade escolar. O objetivo do programa é incentivar o respeito e a igualdade de direitos entre os gêneros.

Programa Dia-a-Dia Educação.

Em relação a trajetória histórica dos estudos sobre os gêneros é importante ressaltar que existe uma relação de proximidade entre movimento feminista e os estudos de gênero na universidade. De fato, a principal diferença da categoria gênero está em seu caráter relacional,

enquanto os estudos feministas e da mulher analisam a situação da mulher e, portanto, constataam como as coisas são. Os estudos de gênero analisam a situação da mulher a partir de uma relação com o homem e explicam o porquê das diferenças, como elas são construídas. Entretanto isso não significa que as teorias de gênero sejam homogêneas.

O contexto no qual os estudos de gênero nasceram e se consolidaram data da segunda metade do século XX, após o crescimento das reivindicações democráticas de igualdade a partir dos movimentos sociais, assim como, de um momento de mudanças no campo intelectual acadêmico voltado ao estudo das questões sociais. Seu desenvolvimento muitas vezes leva a confusões entre o que são os estudos feministas, os estudos sobre a mulher e os estudos sobre gênero. Pretendo de forma resumida abordar o processo deste desenvolvimento, buscando identificar em linhas gerais as principais orientações teóricas que têm embasado este estudo, e discutir sua importância para a educação.

Podemos encontrar a raiz dos estudos de gênero no questionamento sobre a situação e o papel da mulher trazido pelo movimento feminista dos anos vinte.

Visite o blog abaixo, conheça um pouco mais da história do feminismo e assista à entrevista com Margareth Rago no programa Diálogo sem Fronteira

Blog: Movimento Feminista Contemporâneo

Posteriormente, após a segunda guerra mundial, devido as transformações pelas quais passou as sociedades a partir da construção do *Welfare State*. Buscou-se construir um modelo de Estado interventor que deveria reconhecer as desigualdades sociais e atuar para minimizá-las. Nesta fase as chamadas “minorias”, começam a ter possibilidade de organização e de conquistas de novos direitos, os movimentos sociais irão a partir dos anos sessenta figurar, como um

importante fator social. Será neste contexto que o movimento feminista e os estudos feministas, irão negar as diferenças e defender a igualdade. (LOURENÇO, 2017)

De fato, as mulheres sempre participaram das lutas trabalhista, todavia pouco aparecem nos registros (PERROT, 1988), assim como existem espaços dos quais as mulheres possuem uma menor participação. Esse é o caso do espaço do poder político eletivo. Sobre esse tema iremos ler o artigo publicado nos anais do 2º Colóqui Internacional de Gênero e História, realizado em 2016.

O Recrutamento Político em Irati: Uma análise sociológica das relações de gênero

Posteriormente, após a Segunda Guerra Mundial, e com todas as transformações pelas quais passou as sociedades, a partir da construção do *Welfare State*, há a construção de um modelo de Estado interventor que reconhece as desigualdades sociais e busca minimizá-las. Nesta fase as chamadas minorias começam a ter possibilidade de organização e de conquistas de novos direitos, os movimentos sociais, a partir dos anos 60, figuram como grandes atores sociais.

Será neste contexto que o movimento feminista e os estudos feministas, irão negar as diferenças e defender a igualdade. Contudo, essa negação, trará também a negação da feminilidade e conduzirá a uma parcela de masculinização por parte das militantes e conseqüentemente a sua crítica. A questão é que somente as características consideradas masculinas eram valorizadas, e por conseqüência a opção de algumas mulheres por encorparem os traços e aparência masculina, apresentou-se como uma solução falha para a luta das mulheres por igualdade de reconhecimento social e político, na medida em que desvalorizava as características consideradas femininas.

Pós sessenta e oito, as discussões do movimento feminista serão incorporadas pela academia, e assim, começa a surgir uma produção teórica, não apenas militante, mas, de acadêmicas feministas, estas irão afirmar que a fonte da superação das desigualdades, que

atuam negativamente sobre a mulher não se encontrava na negação da feminilidade, e sim na revalorização das características consideradas femininas. O problema estava na valorização diferenciada que estava ocorrendo referente as qualidades femininas e masculinas. Aqui, o discurso se volta para a valorização da mulher, no sentido de enfatizar que a mulher era tão ou mais provida de qualidades que o homem. Ainda nesta fase atribuíam um peso muito grande ao dado biológico, ou seja, o sexo.

As primeiras a utilizarem o termo gênero na academia foram as feministas norte americanas. E de fato, em um primeiro momento gênero aparecia quase somente como sinônimo de mulher. A utilização do termo gênero, em seu início, pode ser compreendido como uma ação estratégica no campo acadêmico devido ao status marginal que ocupava os estudos sobre a mulher. Segundo Joan Scott, esta atitude não colocava a mulher em evidência, como desejavam inicialmente os estudos feministas, mas acabaram por escondê-las através da nomenclatura. De qualquer forma, realizaram sua contribuição quando introduziram o termo e buscaram enfatizar as diferenças sociais das distinções baseadas no sexo e negaram qualquer uso associado ao determinismo biológico (uso dos termos sexo ou diferença sexual). Era uma forma de sublinhar o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Posteriormente, com o aumento da reflexão sobre o tema, trabalhos como de Nathalie Davis, na década de setenta, se destacaram por enfatizar o caráter de reciprocidade entre mulheres e homens. (Lourenço, 2017) A partir de então, o conceito de gênero, começou a adquirir outra característica, não mais como sinônimo de mulher, mas efetivamente, de papel social inserido em um campo de poder. Segundo ela, deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres. Como também, não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Afinal o objetivo destes estudos era descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, era compreender qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para modificá-la.

Concluindo, nos fins dos anos oitenta o estudo de gênero efetivamente se coloca na academia como alternativa aos estudos que existiam somente sobre as mulheres, ou seja, nesta perspectiva, não será mais analisada a mulher isoladamente, mas a partir da construção do masculino e feminino que ocorre cultural e socialmente sobre o dado biológico, para entender a situação e o papel da mulher e do homem em cada sociedade. Com este novo conceito busca-se superar aquele de papel sexual, ao negar o determinismo biológico, analisa a construção de um gênero na relação com o outro e assim constroem um instrumental de análise capaz de explicar como ocorrem as relações de poder no caso preciso das relações entre os gêneros.

Para saber mais do conceito de gênero sugiro a leitura do texto da historiadora Joan Scott

Gênero: uma categoria útil de análise histórica

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Ed. Cortez-Unicamp, 1999.

O texto complementar de Karl Marx que iremos ler e trabalhar em estudo dirigido será “A Mercadoria” disponível no endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000086.pdf>

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BORELLI, Andrea. **Matei por amor:** as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A representação política**. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRECHT, Bertolt. **Poemas/ 1913-1956**. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.167. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2201742/mod_resource/content/1/POEMA%20DE%20BRECHT%20%28PERGUNTAS%20DE%20UM%20TRABALHADOR%20QUE%20L%C3%8A%29.pdf

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DIRETRIZES CURRICULARES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL – secretaria de estado da educação do paraná – seed – pr. Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

DE MARCH, Kety Carla. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no paraná dos anos 1950**. Curitiba, UFPR, 2015. (Tese de doutorado em História, Cultura e Sociedade do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná)

DURKHEIM,  . **As regras do método sociológico**. 3  ed., São Paulo, Martins Fontes, 2007. (Cole o T picos)

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DURKHEIM, Emile. **Educa o e sociologia**. Petrópolis:Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO SANGARI. **Mapa da Violência 2012**: Caderno Complementar 1, Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf. Acesso em 10/02/2014.

LENINE, V. L. Karl Marx: **Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposi o do Marxismo**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000013.pdf>

LOURENÇO, Alexandra. A contribui o da discussão sobre gênero no ensino de História. In: GERMINARI, G. e RUFINO, G. **Ensino de História: Temas Contempor neos**. Guarapuava, Editora UNICENTRO, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educa o: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2  ed. Petrópolis: Vozes, 1998

L WY, M. Por um marxismo crítico. In: Revista eletrônica Lutas Sociais 3, USP. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_michael.pdf

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Grijaldo, 1977, p. 1-21. Disponível em: <http://www>.

dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf

MARX, K. A Produção de Mais Valia Absoluta. In: O Capital. Parte III. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000067.pdf>

MARTINS, M. **Sociologia da Educação**. Livro texto EAD.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Cadernos Pagu** (16) 2001. p.115-136.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez, 1995.